

Nacional

# Amazônia sob o risco dos incentivos

*A política do governo, segundo Souza Martins, só conturba a situação*

A política de incentivos fiscais na Amazônia tem sido alvo de muitas discussões. No simpósio "Amazônia: Fatos, Problemas e Soluções", realizado na USP, em agosto, houve denúncias a esse respeito: admitiu-se que ela foi uma indutora do desmatamento, mas, ao mesmo tempo, alegou-se a necessidade de sua manutenção. Em entrevista ao *Jornal do Campus*, o professor da USP José Souza Martins, sociólogo especialista sobre a questão da terra, aprofundou um pouco mais a discussão.

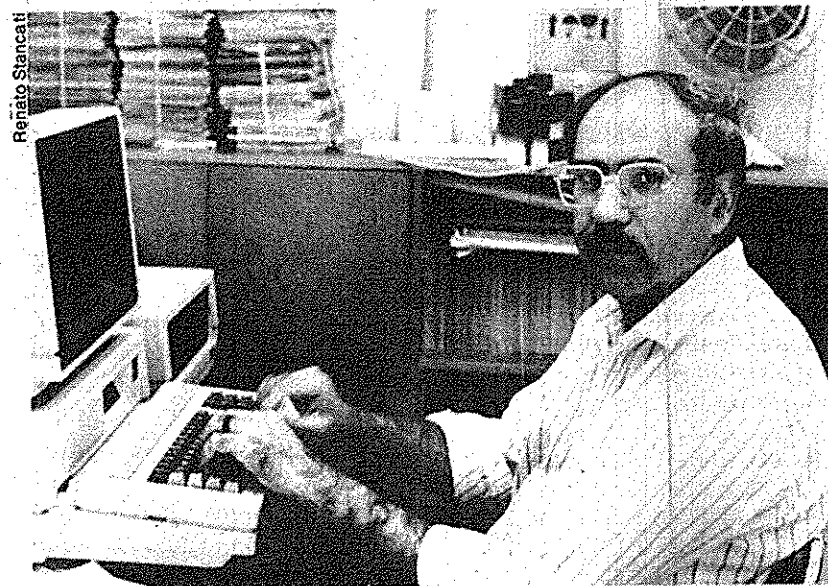
O exame detalhado da política de incentivos fiscais revela que os grandes empresários do sul são mais beneficiados. Entre eles estão Sílvio Santos e até várias multinacionais como a Volkswagen. Segundo José de Souza Martins, o interessado apresenta um projeto que tem um título de propriedade, não importa se é bom ou não. Ele alega que tem um pedaço de terra na Amazônia e pede o incentivo fiscal. Deixa de pagar metade do imposto de renda e deposita esse dinheiro no Banco da Amazônia, em uma conta controlada pela SUDAM: Se o empresário apresentar um projeto de criação de uma empresa na Amazônia, pode arrecadar o dinheiro de volta, desde que o montante cons-

titua 75% do capital da empresa a ser instalada. Ou seja, em termos bastante simples, isso quer dizer que um empresário das regiões mais desenvolvidas (aquele que paga bastantes impostos, porque tem várias empresas) apenas com 25% do capital real da empresa pode se apropriar dos 100%. Os outros 75% vêm do dinheiro que o governo deveria estar usando no serviço público, na construção de escolas, hospitais etc.

*"Os sinais visíveis dessa aplicação do dinheiro público não aparecem".*

Uma avaliação realizada pela própria SUDAM constatou que muitos sequer aplicam o dinheiro. A verba arrecadada de volta é transferida para outras regiões e utilizada especulativamente. Até se fala em rebanhos de aluguel. O fiscal, ao inspecionar uma fazenda de 100 mil hectares, vê um rebanho mas não tem condições de contar as cabeças. Em geral são rebanhos alugados ou emprestados, encontrados alguns meses depois em outra fazenda.

A política de incentivos também estimulou o governo a vender mais títulos de propriedade. Pela Constituição, os governos estaduais são os tutores das terras devolutas e podem conce-



Para Souza Martins, incentivos só ajudam os grandes

der títulos mediante o pagamento de uma pequena taxa. De repente, as pessoas sentem que esses títulos têm valor e começa uma forte especulação gerando a venda de documentos, porém sem a terra correspondente. "Encontrei pessoas com o título sem saber onde estava a terra. O Mato Grosso emitiu títulos para uma área três vezes maior que a real. Tudo falcatrua de governo. O próprio governo produziu documentos que não tinham nenhum valor", salienta Souza Martins.

Nesse processo, denuncia o sociólogo, os fazendeiros chegam com o dinheiro do incentivo, contratam pistoleiros e começam a botar pra fora os posseiros, violentamente. "Esse conflito não terminou, não vai terminar tão cedo. É um conflito que, no caso específico da região amazônica, tem 25 anos. Um número enorme de mortos e feridos".

*"Ninguém aguenta isso!"*

Até o momento Souza Martins já fichou cerca de 1.500 con-

flitos na região amazônica. Um dos conflitos do Maranhão, por exemplo, envolve seguramente mais de 3 mil famílias. No caso dos posseiros, os conflitos envolvem mais ou menos um milhão de famílias. Eles viviam tranqüilamente em suas posses ou em áreas com títulos de concessão. Não tinha por que haver conflito com o fazendeiro. Há décadas o aventureiro chegava, dizia que era fazendeiro e se entendia bem com os índios. Respeitava os direitos dos índios na região e acertava a área onde poderiam ficar. No resto criava gado. Quem estava lá, vivendo, fazendo sua roça, ocupava a periferia desse tipo de apropriação, em geral através de um entendimento com o fazendeiro.

Sua pesquisa revela que era uma coisa muito mais política que econômica. Predominava a troca de favores. O fazendeiro era um coronel do velho coronelismo brasileiro. O posseiro estava ali, mas votava no candidato do coronel. O que mudou no período recente é o ritmo, a intensidade e a qualidade dessa ocupação. Porque agora a relação de dominação não é mais de recíproca dependência política. É mais exclusivamente de favores de natureza econômica.

São fazendeiros chegando com seus jagunços e pistoleiros, expulsando todo mundo, índios e posseiros, que acabam ficando sem alternativa, cercados. As tribos são removidas de um lado para outro. Ninguém aguenta isso, ainda mais um povo que tem uma relação tão íntima com a natureza.

Essa política promove a demarcação de terra e sua legalização, além da legitimação do atual regime de propriedade.

"A crítica que faço aos deputados e aos partidos é que eles se preocuparam, durante a fase constituinte propriamente dita, com a reforma agrária, mas em nenhum momento com a suspensão definitiva dos incentivos fiscais. Um sistema de cobrança e fiscalização dos resultados dos incentivos teria cortado definitivamente a veia que conduz esse sangue de violência para a região amazônica. Acho que teria sido possível então se pensar em outra política, com uma proposta concreta para a colonização. Pequena e média propriedade. Uma coisa com efeitos sociais mais claros e significativos, coisa que não há com essa atual", conclui Souza Martins.

Andréa Kurachi